

Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica*

Luiz Otávio Cabral¹

Instituto Educacional Luterano de Santa Catarina

Resumo

Entendendo que o papel da geografia na construção de uma “análise espacial renovada” depende cada vez mais do conhecimento acerca do significado das categorias espaciais, propomos, neste artigo, refletir sobre as noções de espaço, lugar, paisagem e território, a partir de certo número de títulos da literatura geográfica publicada no Brasil. Desse modo, acreditamos contribuir com a tese de que se trata de noções que expressam níveis de abstração ou possibilidades analíticas diversas e complementares.

Palavras-chave: Espaço; lugar; paisagem; território; análise espacial.

Abstract

Understanding that the objective of geography in the formation of a “Renewed Space Analysis” each time depends more of the knowledge about the meaning of space categories, we propose, in this article, reflect on slight knowledge of space, place, landscape, and territory from certain number of geography literature headings published in Brazil. In this manner, we believe to be contributing to the thesis that deals with slight knowledge which expresses levels of abstraction or diverse and complementary analytical possibilities.

Keywords: Space; place; landscape; territory; space analysis.

Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em interação (SANTOS, 1999, p. 63).

* Revisiting the notions of space, place, landscape and territory in a geographic perspective.

¹ Endereço para correspondências: Rua Fernando Machado, 261, ap. 408, Centro, 88020-130, Florianópolis, SC (E-mail: locabral@ielusc.br).

Introdução

Se nos arriscarmos a qualificar, com poucas palavras, a produção teórica das ciências sociais durante a década de 1990 e nos primeiros anos deste século, temos de dizer que suas marcas são a pluralidade temática e analítica. Desse modo, há uma miríade de assuntos que vem sendo abordada a partir de perspectivas de análise mais ou menos diversas.

Outra característica desse veio da produção intelectual interessa ressaltar: ao mesmo tempo em que os estudos não exibem preocupação com o enquadramento nos modelos clássicos de análise – sobretudo porque pretendem maior autonomia epistemológica e maior poder de explicação e também de predição – é fácil perceber que vêm recorrendo à reflexão espacial como recurso analítico necessário à compreensão das mudanças e das novas configurações estruturais do mundo contemporâneo.

Entretanto, ao refletir sobre a forma como as categorias espaciais têm se configurado no domínio das ciências sociais, chama a atenção, em muitos casos, a conotação genérica e superficial dos sentidos empregados e, sobretudo, o fato de que boa parte dos trabalhos recorre aos termos como se fossem sinônimos ou equivalentes.

Neste ensaio, contraditamos essa tendência, ao revisitar as noções de *espaço, lugar, paisagem e território* com o intuito de valorizar o debate mobilizado pela geografia no sentido de reconhecer que cada categoria deve ser utilizada para identificar e interpretar dimensões mais ou menos distintas da realidade socioespacial.

De um ponto de vista metodológico, cabe ressaltar que, ao mesmo tempo em que certo número de precisões se fará necessário, evitaremos nas reflexões em torno dessas categorias a pretensão de encontrar um sentido único, estabelecido de forma definitiva. Haja vista que o estatuto de conceito exige formalização e precisão bem maiores, privilegiaremos aqui o estatuto de noção.

Antes de qualquer coisa, porém, vamos refletir sobre o fato de a dimensão espacial ser considerada por diversos segmentos das ciências sociais como um dado que depõe contra a crença de que a cada disciplina corresponde um recorte ou objeto.

A dimensão espacial e o papel da geografia

Somos fiéis ao entendimento de que a identidade do olhar disciplinar se encontra no tipo de questionamento que dirigimos aos fenômenos.

Segundo Gomes (2002, p.292):

[...] podemos conceber que os objetos de investigação são construídos pelo tipo de questões a eles endereçadas, sendo estas questões que os conformam, os limitam, os criam, e não o inverso, como, por vezes, tendemos a imaginar.

Santos (1999, p. 62) ratifica esse pressuposto, argumentando que:

Os mesmos objetos podem dialogar com as mais diversas disciplinas [...] A questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista.

Entendendo que o objeto de investigação não é um dado a priori, e sim uma construção, acredita-se ser desnecessário defender a busca por um objeto com existência separada, isto é, um objeto geográfico em si, muito menos defender que a dimensão espacial – e, por conseguinte, as categorias espaciais – seja um objeto exclusivamente geográfico, já que, como fundamento da realidade, é abordada sob perspectivas diversas por disciplinas como a história, a sociologia, a antropologia, a economia etc.

Ao mesmo tempo, torna-se pertinente enunciar as duas formas mais emblemáticas de análise espacial assumidas pelas ciências sociais: de um lado, situa-se a maior parte dos estudos em que as “condições geográficas” são utilizadas para descrever os elementos morfológicos ou ambientais de uma dada área e tomadas simplesmente como explicativas, quando não determinantes, de certos aspectos da realidade social; de outro, percebe-se no esforço de alguns estudiosos o intento de demonstrar como o espaço constitui elemento ativo na organização social, ou seja, que atua a um só tempo como produtor e como produto, que ele é de forma simultânea agente e paciente nessa dinâmica (GOMES, 2002).

Assim é que na opinião de muitos geógrafos, cada vez mais, compete à geografia o desafio de promover a interpretação dos fenômenos através de uma renovada análise espacial. Para Gomes (op. cit., p.8),

isso pressupõe o compromisso de exprimir a importância e o alcance da dimensão espacial nos fenômenos estudados.

Em outras palavras, os princípios de coerência e lógica na dispersão das coisas sobre o espaço podem trazer à luz um novo ângulo para a compreensão de certas dinâmicas sociais e constituem a contribuição propriamente geográfica na análise dos fenômenos que habitualmente são estudados por áreas disciplinares vizinhas.

Em nosso entendimento, as possibilidades de construção de uma “análise espacial renovada” dependem cada vez mais do conhecimento acerca do significado e das possibilidades analíticas das categorias espaciais.

Espaço

No intento de qualificar o espaço sob uma perspectiva geográfica, é preciso registrar que as formulações teóricas mais inspiradoras foram encontradas em *A natureza do espaço* e *A condição urbana*, publicadas por Santos (1999) e Gomes (2002), respectivamente. Apesar de esses dois autores, nas obras aqui referenciadas, comungarem o desafio de construir instrumentos analíticos comprometidos com a interpretação dos fundamentos da realidade socioespacial contemporânea, é possível diferenciar essas obras, atestando que, enquanto a primeira se volta a uma empreitada mais ampla e (meta)teórica, à medida que busca construir um quadro teórico-metodológico que pretende ser uma contribuição geográfica para a produção de uma teoria social crítica, a segunda assume um desafio mais temático e didático, representado pelo esforço de renovar o conteúdo da agenda geográfica através da análise espacial de fenômenos tradicionalmente não estudados pela geografia brasileira. Não obstante essa diferença, é notório o paralelismo entre as concepções fundamentais desses geógrafos, especialmente quanto à forma de definir e abordar o espaço sob um ângulo propriamente geográfico.

Para Gomes (2002, p. 172), por exemplo, três características definem o “espaço geográfico”: I) é sempre uma extensão fisicamente constituída, concreta, material, substantiva; II) compõe-se pela dialética entre a disposição das coisas e as ações ou práticas sociais; III) a disposição das coisas materiais tem uma lógica ou coerência.

É justamente a interpretação dessa lógica do arranjo espacial e de seus sentidos que compõe o campo fundamental das questões geográficas: Porque as coisas estão dispostas no espaço dessa maneira? Qual [é] o significado e as consequências de tal ordem espacial?.

Se nos termos assumidos por Gomes (Id., p.290), “[...] a análise espacial deve ser concebida como um diálogo permanente entre a morfologia e as práticas sociais ou comportamentos”, para Santos (1999, p. 18), esse tratamento analítico pressupõe que “[...] o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”.

Dessa forma, os autores apregoam que se torna indispensável à geografia assumir uma concepção de espaço que contemple simultaneamente a forma (material) e o conteúdo (social), isto é, “examinar o espaço como um texto, onde formas são portadoras de significados e sentidos” (GOMES, 1997, p.38). Aliás, Santos define o espaço como um composto de “formas-conteúdo”, ou seja, formas que só existem em relação aos usos e significados que têm nelas sua mesma condição de existência.

Cabe uma breve digressão para dizer que seria ingênuo pensar que se trata de uma tarefa simples, pois, como alerta Soja (1993, p.100), o predomínio de uma “visão fisicalista” do espaço é tamanho que tende a contaminar nosso próprio vocabulário. Assim, enquanto adjetivos como “social”, “político”, “econômico” e “histórico” costumam sugerir vínculos com ações e motivações humanas, o termo “espacial” tende a evocar uma imagem física ou material, uma parte do meio ambiente, o cenário da sociedade ou seu continente, e não uma estrutura formadora criada pela sociedade. Não seria impróprio lembrar também que, segundo esse geógrafo, o “espaço em si” pode ser primordialmente dado, mas sua organização e sentido são produtos da transformação e experiência sociais.

Isso leva a insistir no pressuposto de que o espaço (e sua vivência) seja uma equação dada pela morfologia e pelos diferentes sentidos que ela é capaz de veicular e condicionar. Construídos socialmente, os sentidos e significações da organização do espaço são sempre tributários de um universo relacional: da relação entre coisas espacialmente distribuídas, da relação entre os objetos e suas funções, da relação entre esses objetos e as práticas que aí tem lugar, dos lugares com as coisas e aí sucessivamente (GOMES, 1997).

Em seu livro, Gomes (2002) discorre sobre a “linguagem” como metáfora capaz de aprofundar o entendimento desse ponto. Na analogia feita pelo autor, as palavras têm sentidos que mudam quando são articuladas com outras palavras, com o contexto no qual se faz a emissão, de acordo com os interlocutores. Todos esses elementos também participam como ingredientes fundamentais na transmissão de sentidos. Dentro desse universo, transmitir e compreender um sentido significa interpretar algumas regras que presidem a organização dos objetos. Depois podemos vê-los em relação, o que conduz, por conseguinte, a sentidos muito mais complexos. O espaço pode também ser visto como uma complexa composição de formas, sentidos, atividades e contextos.

Num trabalho anterior, Gomes (1997, p.38-39) recorre à mesma metáfora e conclui que “Há, por assim dizer, uma certa ‘escrita’ nesta distribuição das coisas no espaço”. Portanto, se o arranjo espacial das formas é uma “linguagem”, a geografia deve ser vista como atividade e não como obra realizada: Como “atividade, a geografia é ação no mundo, é a perpétua geração de nexos na ordem espacial das coisas, é sentido e comunicação, discurso e intervenção”. Essa inscrição espacial de significados ocorre todos os dias, isto é, nossa relação cotidiana com o espaço se dá através da (re)significação.

Pode-se dizer que a “dimensão relacional” da lógica espacial, advogada por Gomes (2002), tem sua correlata na “condição de inseparabilidade” entre sistemas de objetos e sistemas de ações, defendida por Santos. A sua maneira, Santos também adverte que não se trata de sistemas tomados separadamente, pois objetos e ações interagem continuamente, formando um conjunto indissociável, solidário e ao mesmo tempo contraditório: “A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto” (SANTOS, 1999, p. 77). De um lado, o sistema de objetos molda ou condiciona a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. Gomes (2002, p. 36), por sua vez, admite que o arranjo físico das coisas permite que determinadas ações se (re)produzam, ou seja, as práticas sociais são dependentes de (não determinadas por) certa distribuição ou ordenação das coisas. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma.

Dentre as revelações proporcionadas por essa forma de abordar o espaço, destacamos a possibilidade de compreender que, ao longo do tempo, as formas ou objetos e as ações ou comportamentos mudam e propõem diferentes geografias. Para Santos (1999, p.62-63), isso impõe a necessidade de captar em cada momento histórico o que é mais característico do sistema de objetos e de práticas vigente. Por esse viés, é possível perceber que o processo socioespacial que reúne objetos e ações está fundado, ao mesmo tempo, na lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e na lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presente).

Contudo, se concebermos o espaço como resultado da relação entre formas e comportamentos ou consequência da inseparabilidade entre sistemas de objetos e de ações, torna-se óbvio que uma geografia interessada apenas num determinado tipo de objetos ou numa dada classe de ações “[...] não seria capaz de dar conta da realidade que é total e jamais é homogênea” (SANTOS, 1999, p. 78).

Buscando resumir a concepção de espaço geográfico, Santos (Idem, p. 88) ratifica que “O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”. Sobretudo, o espaço deve ser concebido como algo que participa da condição do social e do físico, um misto, um híbrido.

Sendo assim, as complexas interações que daí decorrem só podem ser analisadas satisfatoriamente, segundo os dois geógrafos aqui referenciados, a partir de uma visão dialética que dê conta de suas mais variadas combinações e evite tomá-las de forma simplista ou definitiva.

Por último, Santos (1999, p. 19 e 63) torna oportuno observar que, a partir da noção de espaço, devem-se reconhecer suas categorias analíticas internas e operacionais. Suertegaray (2000, p. 13-14) acrescenta que, ao constituir um conceito abrangente e, por conseguinte, abstrato, o espaço geográfico pode ser analisado a partir de outras categorias espaciais, que expressam níveis de abstração diferenciados e, por consequência, possibilidades operacionais diversas.

Nesse caso, cabe lembrar que, apesar de reconhecer a importância de outras categorias espaciais como região e ambiente, por exemplo, no presente artigo, nosso esforço de reflexão privilegiará as noções de lugar, paisagem e território.

Lugar

Ferreira (2000) lembra que, como categoria do pensamento geográfico, a evolução do conceito de lugar vinculou-se à trajetória da geografia humana, principalmente através de dois de seus principais ramos: a *geografia humanista* e a *geografia radical*.

Partindo de uma perspectiva *humanista*, interessada na subjetividade da relação homem-ambiente, a preocupação está em definir o lugar como base fundamental para a existência humana, como experiência ou “centro de significados” que está em relação dialética com o constructo abstrato que denominamos espaço (HOLZER, 1999). Para Tuan (1983), espaço e lugar são termos familiares e complementares: o que começa como espaço indiferenciado acaba assumindo a configuração de lugar, ao conhecermos e o dotarmos de valor. Frémont (1976) diz que os lugares formam a trama elementar do espaço.

De uma forma ou de outra, os geógrafos humanistas admitem que o lugar permite focalizar o espaço em torno das intenções, ações e experiências humanas – desde as mais banais até aquelas eventuais ou extraordinárias – e que sua essência é ser um centro onde são experimentados os eventos mais significativos de nossa existência: o viver e o habitar, o uso e o consumo, o trabalho e o lazer etc., sobretudo, porque “[...] toda consciência não é meramente consciência de algo, mas de algo em seu lugar” (RELPH citado por Holzer, 1999, p.72).

Um aspecto curioso dessa abordagem está no reconhecimento de que o sentido de lugar não está limitado ao nível pragmático da ação e da percepção e que sua experiência (direta ou simbólica) se constitui em diversas escalas: atualmente ela formaria um contínuo que inclui o lar, como provedor primário de significados; a localidade ou bairro, como campo de sociabilidade; a cidade; as regiões; o Estado-nação e até mesmo o próprio planeta. Entretanto, como afirma Holzer (1999), é preciso admitir que, tanto para o indivíduo como para o grupo, o aumento da abrangência impossibilita, progressivamente, um relacionamento espacial direto, remetendo-nos a uma visão cada vez mais fragmentária dos lugares, a uma “visão em arquipélago”.

De um ponto de vista *radical*, o lugar é qualificado como uma construção socio-histórica que cumpre determinadas funções. Através de suas formas materiais e não materiais, o lugar é uma funcionalização do mundo,

acrescenta Santos (1999). Seja qual for o momento da história, o mundo se define como um conjunto de possibilidades, e cada lugar se diferencia por realizar apenas um feixe daquelas possibilidades existentes. Referindo-se à relação local-global, o mesmo autor observa que a ordem global busca impor uma racionalidade única, mas os lugares respondem segundo os modos de sua própria racionalidade. Enquanto a ordem global funda as escalas superiores e externas, a ordem local funda a escala do cotidiano – em que prima a comunicação – e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade. “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (Ibid., p.273).

Ferreira (2000) afirma que, a partir dessas duas acepções aparentemente conflitantes e irreconciliáveis – que vão de uma relação autêntica com o espaço, por um lado, à materialização da relação local-global, por outro –, estudos recentes têm buscado um ponto de contato, ao enquadrar o lugar como um campo de articulação das questões cruciais para a compreensão da existência humana e sua relação com um ambiente cada vez mais fragmentado e globalizado. Dentre os autores que buscam sintetizar aquelas diferentes acepções, sobressaem Oakes (citado por FERREIRA, 2000), para quem o lugar é o sítio de identidades significativas e atividade imediata, é uma conseqüência de ligações que o convertem mais numa rede dinâmica do que uma localização ou sítio específico. Segundo esse autor, o lugar não deve ser compreendido como um contraponto conceitual a uma vaga modernidade “deslugarizada”, pois o que acontece no lugar não é simplesmente uma resistência às tentativas de hegemonia histórica e espacial, mas uma luta para nos colocarmos como sujeitos da história e da espacialidade.

Paisagem

Se de um lado, a noção de “paisagem” sempre esteve associada à idéia de formas visíveis sobre a superfície da terra e com sua composição, de outro, sua importância para o pensamento geográfico tem variado no tempo: se em certos períodos tem sido visto como um conceito capaz de fornecer unidade e identidade à geografia, em outros foi relegada a uma posição secundária, suplantada pela ênfase em categorias como espaço, região, território ou lugar (CABRAL, 2002). No entanto, a partir da década de 1970, os estudos de paisagem ampliaram-se, sobretudo sob dois enfoques: o *sistêmico* e o *cultural*.

A concepção *sistêmica* entende a paisagem como realidade objetiva, como o resultado de uma combinação dinâmica e, por conseguinte instável, de elementos físicos, biológicos e humanos. Essa interação é singular para cada porção do espaço e torna a paisagem um conjunto individualizado, indissociável e em contínua evolução. A categoria que mais bem reflete essa noção de inter-relação e complexidade é o geossistema, que, como uma classe de sistema aberto, dinâmico, flexível e hierarquicamente organizado, corresponde, teoricamente, a uma paisagem nítida e bem circunscrita. Segundo seus defensores, o enfoque geossistêmico contribuiu para revitalizar o caráter de integração e de totalidade da paisagem geográfica (MACHADO, 1988).

Sob a ótica *cultural*, toma-se a paisagem como mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana, a noção surge ligada, portanto, à percepção do espaço: “A paisagem, de fato, é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual” (COSGROVE, 1998, p.98-99). Entretanto, se tomarmos em conta que a paisagem se trata, grosso modo, de uma porção do espaço apreendida com o olhar (FERREIRA, 1984), é preciso lembrar que o processo perceptivo não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes atribuir sentido(s). Portanto, a paisagem percebida é também significada e construída. Sua estrutura e dinâmica são acessíveis ao homem e agem como guias para suas atitudes e condutas. Berque (1998, p.84-85) resume esse entendimento afirmando que:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

Desse modo, o conceito de paisagem tende a privilegiar a coexistência de objetos e formas em sua face sociocultural manifesta (SUERTEGARAY, 2000). Dessa forma, se a paisagem, como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área (CORRÊA e ROZENDHAL, 1998), traduz-se num “campo de visibilidade”, ao ser oferecida a nossa percepção e a nossa experiência, converte-se num “campo de significação” individual e coletiva (BARBOSA, 1998). Sendo assim, a paisagem pode ser considerada um texto que serve a uma multiplicidade de leituras.

Por esse viés, admite-se que, tanto pela diversidade de arranjos e cenários como pelas diferentes maneiras de olhar e atribuir significados, seria mais adequado referir-se a “paisagens que emanam de uma mesma paisagem” (CABRAL, 2002, p.59).

Território

Raffestin (1993, p.143) estabelece a diferença entre *espaço* e *território* dizendo que, ao apropriar-se concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) de um espaço, o ator o territorializa. “O espaço vem, portanto, primeiro, ele é preexistente a toda ação”.

Sabe-se que foi com a etologia, no início do século XX, que os conceitos de território e territorialidade ascenderam de forma definitiva ao domínio científico: o primeiro como sendo a apropriação biológica de uma área delimitada por uma fronteira e que se torna exclusiva de determinados membros de uma espécie e, o segundo, como uma conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo (HOWARD citado por BONNEIMAISSON, 2002).

Na geografia tradicional, o território surge como determinada porção da superfície terrestre que é apropriada e ocupada por um grupo humano, como um espaço concreto em si (com seus atributos naturais e sociais). Em relação a esse enquadramento, cabe observar que além de “etológico” e simplista – haja vista que a idéia de território se restringe às áreas que são objeto de atuação direta das pessoas – ele tende a confundir território e espaço, o que obscurece o caráter político inerente ao primeiro. Ao mesmo tempo, embora essa dimensão tenha sido valorizada no âmbito da geografia política, o tratamento temático manteve-se extremamente atrelado (inclusive ideologicamente) à escala do território nacional, isto é, à figura do Estado-nação.

Nas últimas décadas, buscando superar essas limitações analíticas, surgiram concepções mais flexíveis e críticas, voltadas às complexidades territoriais. Por esse viés, prevalece o entendimento de que, sob a noção de território, deve-se privilegiar a reflexão sobre o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço. Nesse caso, tornou-se necessário conceber o poder como sendo multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores e presente em todos os níveis espaciais.

Assim é que o território passou a ser entendido como espaço mobilizado como elemento decisivo às relações de poder (RAFFESTIN, 1993) e territorialidade como estratégia(s) utilizada(s) para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica, ou seja, para estabelecer, manter e reforçar esse poder (GOMES, 2002).

Visando a aprofundar a compreensão em torno dessa perspectiva, Sack (citado por SOUZA, 1995) destaca dois importantes aspectos: primeiramente, deve-se ter em mente que os territórios não têm uma dimensão espacial e temporal fixa, pois *variam de tamanho (podendo inclusive ser “móveis” ou “flexíveis”)* e da mesma maneira que existem num dado momento, noutro poderão desaparecer; e, em segundo lugar, vários territórios podem ser apropriados simultaneamente pelo mesmo agente.

Essa última característica levantada pelo autor aplica-se aos territórios articulados em rede, e se torna indispensável para compreender os fenômenos socioespaciais atuais. Nesse sentido, outro aspecto também importante é salientado por Souza (1995), quando considera que territórios com formas e limites variados podem superpor-se e, ainda por cima, com territorialidades em contradição, por conta dos atritos e conflitos existentes entre os respectivos agentes. Na opinião desse mesmo autor, territórios são campos de forças, são antes teias ou redes de relações sociais projetadas no espaço do que o substrato material em si, e não há necessidade de forte enraizamento material para que se tenha território.

Queremos frisar que o conceito geográfico de território obedece tanto a perspectivas analíticas mais rígidas e simplistas, que se restringem à apropriação do espaço por grupos humanos ou privilegiam o poder em termos de Estado-nação, quanto a abordagens mais flexíveis e complexas, que, assumindo uma concepção de poder multidimensional, permitem tratar de territorialidades resultantes da coexistência de diferentes agentes, por vezes, ao mesmo tempo e numa mesma extensão do espaço físico.

Considerações finais

Insistindo na tese de que o espaço geográfico como resultado de “[...] uma *conjunção particular* de processos materiais e de processos de significação” (LAGOPOULUS citado por SANTOS, 1999, p.67) pode ser analisado a partir de outras noções que expressam possibilidades analíticas ou leituras mais ou menos diferenciadas, sintetizamos nossa reflexão afirmando que convém evitar a conotação genérica e abstrata do termo espaço:

- Em favor da noção de *lugar*, sempre que as singularidades em termos de formas, atividades, significados e valores tornem-se essenciais à compreensão da espacialidade humana;
- Em favor da noção de *paisagem*, nos casos em que os aspectos visuais ou cênicos acrescidos de sua dimensão simbólica tenham importância à leitura da relação humana com o espaço.
- Em favor da noção de *território*, naquelas situações em que as relações de poder referenciadas ao controle e à gestão do espaço tornem-se indispensáveis ao entendimento da existência humana.

Por fim, é preciso lembrar que esses estatutos não são únicos tampouco fixos, haja vista a existência de outras categorias espaciais e o fato de que os aspectos privilegiados por cada uma das noções aqui abordadas estão contidos nas demais e podem ser contemplados nelas: espaços contêm lugares, que contêm paisagens, que contêm territórios etc.

Nesse caso, parece inquestionável que o potencial analítico das categorias dependa também da capacidade do próprio pesquisador, no sentido de estabelecer os sentidos e as inter-relações possíveis e necessárias.

Referências bibliográficas

BARBOSA, J. L. Paisagens americanas: imagens e representações do *wilderness*. *Espaço e cultura*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 43-53, 1998.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p.84-91.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Geografia cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2002. p.83-132.

CABRAL, L. O. A paisagem como campo de visibilidade e de significação: um estudo de caso. *Espaço e cultura*, Rio de Janeiro, n. 13, p.47-62, jan./jun. 2002.

CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p.7-11.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 92-122.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Território*, Rio de Janeiro, n. 9, p.65-83, jul./dez. 2000.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FRÉMONT, A. *La région, espace vécu*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

GOMES, P. C. C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

GOMES, P. C. C. Geografia fin de siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. *Território*, Rio de Janeiro, n.7, p.7-78, jul./dez. 1999.

MACHADO, L. M. C. P. *A Serra do Mar paulista: um estudo de paisagem valorizada*. 1988. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p.77-116.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico: uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, A.; VERDUM, R. (Orgs.). *Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. p.13-34.

TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.